MANIFESTAÇÃO

29 MAIO 2010



Manuel Carvalho da Silva Secretário-Geral

A todas e a todos os trabalhadores aqui presentes, das mais diversas gerações, saúdo com um grande abraço solidário e fraterno. Ao longo do percurso vi muitos de vós emocionados! Compreendo e também sinto essa emoção que vem da alegria de sentirmos a força deste imenso colectivo, sabendo que é a afirmação da alma colectiva de um povo que transforma e faz avançar o desenvolvimento da sociedade humana.

Duas saudações especiais: a primeira aos trabalhadores e trabalhadoras dos mais diversos sectores de actividade, e em particular aos jovens, que durante os últimos meses desenvolveram uma intensa e determinada luta pelos seus direitos, porque essa luta constituiu o lastro indispensável para esta grande mobilização; a segunda, a todos os dirigentes e activistas sindicais e, também, a todos os membros de movimentos políticos e sociais que se empenharam fortemente na mobilização para esta grandiosa manifestação.

A CGTP-IN orgulha-se de ser sob a sua bandeira, e para afirmar as suas posições e propostas, que aqui nos encontramos todos nesta imensa diversidade de participações e assume o compromisso de, com as trabalhadoras e trabalhadores, com os jovens, com os reformados, com o povo português que connosco é solidário, prosseguir esta indispensável luta que há-de contribuir decisivamente para a necessária mudança de rumo que o país precisa.

Estamos aqui porque as medidas acordadas entre o **Governo do PS e o PSD** (PEC e pacotes complementares) são contrárias às necessidades e aos interesses dos trabalhadores e da generalidade da população e aumentam os bloqueios ao desenvolvimento do País. Tais medidas são falsas soluções para a crise, mas **não são nenhuma inevitabilidade**. São **opções políticas**, concretas, neste caso profundamente **erradas**.

É justa a **indignação** e o **protesto** dos trabalhadores e do povo português. E a CGTP-IN orgulha-se de contribuir para a necessária manifestação dessa indignação e protesto e, também para a apresentação de propostas alternativas à políticas que vêm sendo seguidas.

Estamos aqui porque temos de lutar contra a indiferença, evitar o desespero e acreditar na luta dos trabalhadores e do povo como alimento da esperança e como contributo positivo e inseparável do desenvolvimento da sociedade.

Estamos aqui, porque temos de agir com todas as nossas forças contra as medidas anunciadas e para exigir a revogação das que afrontam os trabalhadores e o povo português. Vamos rapidamente demonstrar a sua violência.

ESTAS CENTENAS DE MILHAR QUE AQUI ESTAMOS SOMOS UMA GRANDE FORÇA E SEREMOS MAIS, E CADA VEZ MAIS FORTES, PELA FORÇA DE NOSSA RAZÃO!

Vamos construí-la no dia-a-dia, mobilizando **solidariamente** todas as gerações, porque **todos somos atingidos!**

As **condições de trabalho** agravam-se e os **horários** estão cada vez mais instabilizados, não permitindo a organização da vida das pessoas e das famílias.

A retribuição do trabalho está a cair. Salários e pensões perdem poder de compra. A convergência dos efeitos da precariedade com os do desemprego, com a fragilização ou não existência da contratação colectiva, com o não cumprimento das leis, tem um efeito demolidor sobre os salários. Já se vai afirmando que os desempregados quando retomam o trabalho fazem-no com menos 30%.

Fontes insuspeitas afirmam que os **salários dos jovens** à entrada no emprego são hoje 30 a 40% a menos que em 2005. Isto é uma afronta inqualificável à juventude.

Nós sabemos que o neo-liberalismo tem jogado forte na rotura de solidariedades como elemento fundamental da exploração, por isso, saudamos os **JOVENS** e deixamos-lhes um apelo: **participem** na vida sindical e na luta social.

Não deixeis que vos acantonem, que vos excluam, com a imposição de precariedades e com baixíssimos salários.

Todas as grandes mudanças, todas as grandes **transformações da sociedade** precisam da **participação empenhada da juventude**. Nós todos estamos agora desafiados a concretizar grandes mudanças.

SÃO PROFUNDAS A INJUSTIÇA E A VIOLÊNCIA DAS MEDIDAS ADOPTADAS

Em nome de que o que é preciso é resolver os problemas, os detentores do poder dominante querem que esqueçamos as causas e os **responsáveis** dos graves problemas com que nos deparamos. Mas nós não os podemos esquecer! Esquecer é permitir o prosseguimento e agravamento das políticas que geraram estes bloqueios.

As causas e os responsáveis são os especuladores financeiros; a injusta distribuição da riqueza; o saque aos Orçamentos do Estado e a manipulação do papel dos Estados; a destruição do tecido produtivo e a privatização progressiva de tudo o que interessa ao "mercado"; a corrupção, o compadrio e a promiscuidade entre o poder económico e o poder político; as políticas de baixos salários e de precariedade; o desrespeito pelas leis laborais; o bloqueio crescente da negociação colectiva e o ataque aos sindicatos.

A 1ª causa dos problemas que hoje temos foram e são as **políticas de direita** desenvolvidas há décadas pelos partidos do arco do poder e a falta de estratégias de desenvolvimento do país.

O SACRIFÍCIO NÃO É PARTILHADO, NÃO HÁ JUSTIÇA NAS MEDIDAS ADOPTADAS

Vejamos alguns exemplos da sua dureza:

Com o corte de 1% ou 1,5% nos salários (retido no IRS), retiram-nos mais 424 milhões em 7 meses neste ano de 2010.

Com o aumento do **IVA** sobre os produtos de primeira necessidade (o aumento da taxa de 5% para 6%) são **395 milhões** que nos retiram no m esmo espaço de tempo.

O corte de 1% nas despesas sociais (PEC) incide todo sobre os que menos têm.

Entretanto a **riqueza não** é **convocada**. O aumento de IVA proposto sobre grandes empresas dá um acréscimo de apenas mais **159 milhões**.

Para onde têm ido os lucros obtidos capitalistas no sector financeiro e nos grandes grupos económicos? Em grande parte fogem sem pagar impostos!

Em **Espanha**, os cortes foram de 15% nos vencimentos dos políticos e gestores de topo, em Portugal de apenas 5%. Lá aplicaram uma taxa especial sobre as maiores 48 fortunas, em Portugal continuam sem dar qualquer contributo.

As medidas que eliminaram protecção aos desempregados são um insulto e uma violência. Mostram absoluta insensibilidade social.

O Governo decidiu o fim dos programas de apoio ao emprego, alterou as **regras do subsídio** de desemprego e acabou com o prolongamento do subsídio social de desemprego. Como compreender estas medidas quando a economia não cria empregos e o desemprego se agrava cada vez mãos?

É hipócrita e maldosa a insinuação de que cada desempregado, se for mais pressionado, pode, por si, encontrar emprego. Qual a arte mágica que cada trabalhador ou trabalhadora desempregada vai descobrir para encontrar emprego, quando as políticas adoptadas destroem emprego, quer no sector público, quer no privado?

Diz o Governo que os cortes se devem à necessidade de consolidação orçamental. É ridículo quando sabemos que o **prolongamento do subsídio social de desemprego custa 35 milhões de euros**, o que representa **0,02% do PIB**. Então isto não é pura e simples insensibilidade social.

Depois vem a **Ministra**, com o ar mais natural do mundo, dizer-nos que se trata de retomar os direitos que tínhamos! Mas, a crise já passou ou está a agravar-se? É que as medidas especiais foram adoptadas exactamente por imperiosa necessidade para fazer face à crise!

Por outro lado, tenha-se presente que a eliminação das **majorações de abonos de família** para os mais pobres, ou do **subsídio de desemprego** para casais desempregados com filhos, pode significar agravamento acelerado de pobreza para milhares de pessoas.

Por muito que digam o contrário, a verdade é que alteram o regime do **subsídio de desemprego** para baixar o seu valor, quando os dados oficiais nos dizem que a **maioria recebe**

tanto como o limiar de pobreza (419 euros) e que ¾ dos desempregados recebem menos de 628 euros.

O Secretário de Estado do Emprego gaba-se com os cortes nos direitos dos desempregados, dizendo ir ao encontro de pedidos feitos pelos patrões da região do Vale do Ave. Deve ser o seu contributo para que aumente o número de carros de luxo (é a zona de mais Ferrari topo de gama por metro quadrado na Europa) onde prolifera a pobreza.

*

O Governo, com o apoio do PSD, adopta medidas que para além de destruir emprego e induzir a redução da retribuição do trabalho, em particular dos salários, eliminam apoios à promoção do emprego e à protecção dos desempregados e, depois, com toda a desfaçatez, apela aos parceiros sociais para que partilhem o seu diagnóstico sobre a situação e criem um **pacto para o emprego**.

Trata-se de um autêntico exercício de **quadratura do círculo**. Compreendemos e também partilhamos da ideia de que é preciso encontrar medidas e compromissos para criar emprego e combater o desemprego, mas rapidamente vai ser posto a nu o vazio de conteúdos e a falácia da forma da proposta do governo sobre o pacto para o emprego.

Reafirmamos que somos pelo diálogo e pela negociação, desde logo, pela efectivação da **negociação colectiva**. Temos avançado e continuaremos empenhados na apresentação de propostas concretas e a discuti-las com o Governo e com os patrões. Mas nós somos por um **diálogo social** que não seja para discutir o que já está decidido e não podemos aceitar compromissos que tenham como objectivo a mera redução de direitos e o retrocesso social, ou que se assumam acordos para depois não serem cumpridos. Além disso, o Governo não pode ser "carrasco" e juiz e ao mesmo tempo.

Quanto às posições e **propostas** da **direita** é preciso dizer que a agenda social do **CDS** foi incorporada pelo Governo. Quanto ao **PSD** apoia tudo o que o Governo vem adoptado. O PSD é **construtor das medidas** avançadas! E, além disso, faz um enorme esforço para **esconder as causas** e **os responsáveis** da actual situação; **ataca** o **papel do Estado** para colocar o Orçamento do Estado ao serviço do enriquecimento dos grandes capitalistas e seus servidores; quando fala em **cortar na despesa** significa cortar nos nossos direitos à saúde, à segurança social, à justiça, ao ensino; **estigmatiza** ainda mais os pobres, os desempregados, o comum dos trabalhadores. Veja-se o exemplo da sua proposta sobre subsídios de desemprego, para colocar um direito que é dos trabalhadores nas mãos dos patrões.

O **Presidente da República**, por seu lado, toma uma atitude de implícito apoio às politicas que vão sendo seguidas e, para compor o cenário, vai fazendo um ou outro discurso moralista, quando tanto necessitamos de um Presidente que interpretasse o sofrimento e angustias do povo e forçasse uma agenda política que assumisse o desafio de discutir o desenvolvimento do país.

SÃO IMPOSTOS SACRIFÍCIOS SEM DATA. NÃO HÁ ESTRATÉGIA PARA O FUTURO!

É um autêntico assalto ao bolso dos trabalhadores, das suas famílias e da maioria da população. São **pacotes atrás de pacotes sem estabelecimento de prazos**, sem qualquer garantia de no futuro serem solicitados outros ainda mais duros, sempre para defender os interesses do grande capital financeiro e económico.

Sabemos que só haverá saídas da crise com **políticas económicas que criem emprego** (nos sectores público e privado) e com a **mobilização** e **responsabilização** das **pessoas** e da **Sociedade**.

Rechaçamos as medidas que vem sendo assumidas, porque elas têm **impactos recessivos**, não asseguram recuperação económica, diminuem o investimento (público e privado), tornam o dinheiro mais caro para pessoas e para o comum das empresas, promovem a diminuição dos salários e a diminuição do consumo, quando o mercado interno é fundamental, agravam o desemprego e a precariedade. O Governo e a direita estão a empurrar as pessoas para salários de má qualidade, que comprometem o desenvolvimento da sociedade portuguesa e estão a criar condições para um maior florescimento da **economia paralela**.

O país está a consolidar e a aprofundar uma matriz de desenvolvimento, há muito esgotada, assente em baixos salários, elevada precariedade, baixas qualificações e crescente desrespeito pelas leis e com privilégios e favores para os poderosos e seus apaniquados.

TEMOS NOÇÃO DA DIMENSÃO DOS PROBLEMAS E POR ISSO PROPOMOS

Cortes na despesa: nas parcerias público/privado, que nos consomem 28.000 milhões de euros por ano, diminuição drástica nas Sub-contratações onde se gasta cerca de 1,5 mil milhões; nos bolos ao sector financeiro e a grandes grupos económicos, como os 4.000 milhões concedidos ao BCP e ao BPN; eliminação de benefícios fiscais socialmente injustificados; cortes sérios nos desperdícios e gastos desnecessários que se fazem em tantas áreas.

Adopção de medidas para se obter mais receitas: acabar com os paraísos fiscais onde circulam milhares de milhões de euros de capitalistas portugueses (muito deste dinheiro é resultado da exploração de quem trabalha); combate sério à economia clandestina, que movimenta cerca de 35.000 milhões de euros por ano; combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva; tributação das mais valias das SPGS e dos Fundos de Investimentos

É POSSIVEL SAIR DA CRISE E CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

Temos de dizer não a uma governação que se submete às pressões economicistas que resultam do PEC da U.E., e às imposições dos especuladores financeiros. Temos de denunciar e rechaçar políticas que estigmatizam os trabalhadores, os desempregados e os pobres.

Precisamos de uma **efectiva governação** do país. De quem governe para as pessoas e com a sua participação, ouvindo e interpretando os seus anseios e aspirações, respeitando e dialogando e construindo propostas com as suas organizações.

Não é possível mobilizar e responsabilizar os cidadãos e cidadãs, sem políticas justas, sem verdade e sem compromissos sérios.

Seriedade, clareza, rigor e transparência devem constituir a matriz da negociação necessária no plano social e político e a essência para a **governação** política.

*

PORTUGAL É MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA MAS TEM DE CONCRETIZAR UM PROCESSO PRÓPRIO DE DESENVOLVIMENTO, ASSENTE NAS SUAS REALIDADES CONCRETAS, NOS SEUS RECURSOS E NA CAPACIDADE DOS PORTUGUESES, E, TENDO PRESENTE A SUA HISTÓRIA, A SUA LOCALIZAÇÃO, A SUA LÍNGUA E AS GRANDES MUDANÇAS GEO-ESTRATÉGICAS E POLÍTICAS, NO MUNDO, TEM DE TRATAR DAS SUAS RELAÇÕES ECONÓMICAS, CULTURAIS E POLÍTICAS A SUL.

No plano da U.E. e no plano global, temos de dizer não aos prazos, às metas e aos critérios de redução do défice impostos pela União Europeia; denunciar e exigir a correcção da actual forma de financiamento dos Estados junto da banca; exigir que se acabe com os paraísos fiscais e se tributem as grandes fortunas; se regule seriamente o sistema financeiro e se acelerem radicais mudanças no seu funcionamento.

É por estes objectivos, e por outros idênticos aos que nos são específicos, que lutam hoje de forma crescente os trabalhadores europeus, como por exemplo em Espanha, onde têm realizado inúmeras manifestações e se preparam para um greve geral da Função Pública, apesar de prosseguirem negociações entre o Governo, os patrões e as Centrais Sindicais; na Itália, onde a CGIL já anunciou para breve uma greve geral; na Grécia, com intensas lutas; na Roménia, com as maiores manifestações da sua actual fase histórica; na França onde há dois dias se mobilizaram, por convocação das Centrais Sindicais, cerca de um milhão de trabalhadores. E em muitos outros países vão intensificar-se as lutas laborais e sociais.

Propomos uma estratégia de desenvolvimento do país. Para atingir é preciso:

- (i) Dinamizar a **reindustrialização** e o desenvolvimento de todo o **sector produtivo** desde a agricultura, ao sector do mar e aos diversos sectores de produção material de bens e servicos úteis ao desenvolvimento da sociedade;
- (ii) Estimular a **economia interna** para o que é indispensável fazer crescer de forma sustentada os salários e as pensões de reforma na sua maioria;
- (iii) Combater, com determinação e firmeza a economia paralela, a corrupção, o compadrio e a ilegalidade;
- (iv) Combater o flagelo do **desemprego** e da **precariedade**, e criar emprego com factores de estabilidade e segurança;
- (v) Assegurar o direito e a efectivação da contratação colectiva, instrumento primordial de distribuição da riqueza e de progresso social;
- (vi) Assegurar a qualidade e a universalidade dos serviços públicos e das **funções sociais do Estado**:

*

OS COMPROMISSOS DA CGTP-IN

A CGTP-IN compromete-se com o reforço da acção para a exigência de políticas mais justas e solidárias com a luta de quem trabalha, de quem está desempregado, de quem sofre com as violentas precariedades, de quem tem baixas pensões de reforma.

A CGTP-IN compromete-se em transformar o enorme descontentamento existente num protesto sem tréguas, pela defesa dos direitos e da dignidade de quem trabalha, pelo direito da juventude a um futuro digno.

Esclarecer, mobilizar e unir homens e mulheres, jovens e reformados, para aumentar a capacidade reivindicativa contra a violência das medidas que estão a ser adoptadas, é o nosso compromisso.

Lamentamos e rechaçamos as desastrosas e ofensivas declarações do Secretário-Geral da UGT sobre esta manifestação e os seus objectivos. Mas, humilde, sincera e solidariamente dizemos em forma de apelo: é preciso a convergência e a unidade na acção de todos os sindicatos, de todos os trabalhadores, para rechaçar o fundamental das políticas que vem sendo seguidas, para sacudir a chantagem que está a ser feita sobre os trabalhadores e os povos, para se conseguir uma mudança de rumo com a luta de quem trabalha.

O futuro, e o futuro próximo em particular, exigem a **intensificação**, a **diversificação** e a **ampliação da luta laboral e social**, por um novo rumo para Portugal.

Por isso decidimos:

- 1º Ampliar e intensificar o esclarecimento, o debate e as lutas nos locais de trabalho em todos os sectores de actividade e em todas as regiões do País, pela resolução dos problemas concretos e na resistência a medidas contra os trabalhadores;
- Propor um compromisso de unidade na acção a todos os trabalhadores independentemente da sua filiação sindical ou simpatia partidária, em torno do combate essencial em defesa dos direitos, duma mais justa repartição da riqueza e da dignidade de cada um dos portugueses e, nessa medida, duma mudança de rumo nas políticas do País;
- 3º Apelar e **promover a mobilização de todos**, num empenhamento activo, dinâmico e transformador da sociedade;
- 4º Assumir total disponibilidade e empenho, não só para o prosseguimento de lutas em curso, mas também para adoptar todas as formas de luta que a Constituição consagra, decidindo do seu tempo e da sua forma em função dos actos que o Governo vá assumindo e das práticas patronais, das posições e propostas que a direita avance contra os trabalhadores e o povo, do evoluir da situação política económica e social do país.

VIVAM AS TRABALHADORAS E OS TRABALHADORES PORTUGUESES VIVAM TODOS OS TRABALHADORES QUE TRABALHAM EM PORTUGAL VIVA A CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL VIVA O PORTUGAL DEMOCRÁTICO SAÍDO DO 25 DE ABRIL

PORTUGAL TEM FUTURO! POR ELE A LUTA CONTINUA!